

# HISTÓRICO DAS ORGANIZAÇÕES MÉDICO-SANITÁRIAS EM PERNAMBUCO ATÉ 1930\*

Pelo Dr. OCTAVIO DE FREITAS

*Diretor da Faculdade de Medicina do Recife*

*Os precursores.*—O primeiro sanitarista que Pernambuco possuiu foi Guilherme Pizon, o qual veio ocupar em 1637, no carácter que lhe outorgara o príncipe Maurício de Nassau, o lugar de chefe do serviço sanitário da colônia. Foi Guilherme Pizon, o eminente cientista escolhido por Maurício de Nassau para ser o primeiro diretor dos serviços sanitários, ao mesmo tempo clínico e um higienista que, inteligentemente, soube desempenhar a árdua função administrativa que lhe fôra confiada. Depois dêle, com o retorno da capitania de Pernambuco ao domínio português, as povoações de Olinda e Recife tão saudáveis nos climas e nos ares, começaram a sentir os efeitos dos descabros e decadência de suas novas administrações sanitárias de tal modo que em 1685 desencadeiou-se uma mortífera pestilência a que os pernambucanos denominaram epidemia dos males, significando com esta expressão tão imprecisa que ela reunia, nas suas devastações continuadas, todos os males existentes nestas paragens, muito bem descritos pelo famoso escritor médico Dr. João Ferreira da Rosa, nomeado pelo govêrno português assistente no Recife de Pernambuco, o qual, si não soube ou não pôde combater eficientemente o mortífero flagelo, o descreveu de um modo magistral e erudito. Alguns anos mais tarde Manoel dos Santos, outro médico português, cirurgião licenciado dos Hospitais do Reino de Portugal, veio destacado, talvez com funções de zelador da saúde pública do Recife e neste carácter se refere ás calamidades reinantes em Pernambuco de 1707 e 1715, citando entre elas as febres malignas, o sarampo, a variola, o escorbuto, as disenterias, a morfea, as caquexias, as sarnas, as oftalmias e umas quantas outras; quasi todas elas vindas de outras terras e aquí instaladas para desconforto nosso, por tantos e tantos anos. Foi a esta importação de tantas e tão variadas doenças que Manoel dos Santos attribuia, como ainda hoje muitos attribuem, a modificação considerável da constituição médica, apesar dos ares continuarem sempre bonançosos e saudáveis. E como evitar êste movimento centrípeto de enfermos da Província quando a imensa falta de médicos doutos, formados ou licenciados se fazia sentir cada vez mais tanto nas principais cidades como nos demais povoados do interior obrigava a afluência dos enfermos a Recife a busca de médicos que mitigassem os seus sofrimentos, agravando cada vez mais as precárias condições sanitárias do Recife?

Até o ano de 1845 Pernambuco, embora a sua capital já conhecesse, nessa época, uma população relativamente considerável, a qual o eminente historiador Fernandes Gama computava, mui judiciosamente, em cerca de 66,000 habitantes, não possuia uma repartição zeladora da saúde pública. Até aquele momento era a Câmara Municipal que, bem ou mal, se desempenhava do importantíssimo trabalho de policia sanitária auxiliada, é certo, pelo delegado de uma instituição intitulada Proto-Medicato, com sede no Rio de Janeiro e sucursaes em todas as capitais das províncias brasileiras. Dizer o que a Câmara Municipal do Recife

\* Outros trabalhos sobre a saúde pública em Pernambuco tem sido publicados nos seguintes numeros do *Boletim*; sbro. 1934, p. 378; jul. 1933, p. 685; jul. 1932, p. 765; sbro. 1930, p. 1151; dbro. 1929, p. 1409.

em 1841 acolitada pelo representante do Proto-Medicato, fazia como iniciadora de nossas organizações médico-sanitárias, é deixar patenteada a sua incompetência em tão elevado assunto social, pois que ela se limitava a vigiar a limpeza de alguns estabelecimentos ou a reprimir certas causas não de insalubridade, mas de intransitabilidade pública, afirmando mesmo o venerando Dr. Cosme de Sá Pereira, num interessante trabalho publicado em 1849 sobre a história de qualquer repartição e da policia sanitária de Pernambuco até 1845 que devido a incompetência desta câmara e de seu mentor se perpetuavam irreverentemente a construção de ruas estreitas e tortuosas, cujas casas faltavam capacidade e expressão.

*Primeiro conselho.*—Felizmente em 15 de maio de 1845 a assemblea legislativa provincial de Pernambuco decretou uma lei que tomou o número 143, pela qual ficou instituído um Conselho Geral de Salubridade composto de tres doutores em medicina, versados no estudo de hygiene pública e da medicina legal, de dois farmacêuticos experimentados em análises químicas e práticas toxicológicas e mais dois adjuntos também doutores em medicina para substituírem os tres primeiros em seus impedimentos e trabalharem colectivamente com êles quando as necessidades públicas o reclamarem. Esta célebre lei determinava sábia e judiciosamente que, para cada município da Província, seria comissionado um facultativo considerado como delegado do Conselho de Salubridade e tendo como incumbência inspecionar, vigiar e prover sobre todos os assuntos que se referirem a hygiene pública e a policia médica; propagar a vacina e zelar a pureza e eficiência do pus; visitar as prisões e casas de socorros públicos e examinar-lhe freqüentemente o estado e o regime; examinar os estabelecimentos industriais, fábricas e oficinas em relação á saúde pública; examinar a planta e mais circunstâncias das cidades, vilas e povoações, suas praças, mercados, feiras, aqueductos, matadouros, esterquilínios e mais logares cuja infecção pode resultar prejuizo á saúde pública; vigiar sobre cemitérios, catacumbas e outros quaisquer logares de inhumações; curar dos meios da prevenir as epidemias, endemias e contações, acordando no tratamento que a experiência haja recomendado como mais adequado e eficaz; reprimir os efeitos do charlatanismo tanto na medicina como na farmácia; examinar a sanidade dos alimentos destinados ao consumo público; e prevenir a falsificação das bebidas. Infelizmente, porém, si os preceitos sanitários contidos nestes dispositivos não foram desmantelados nos seus pontos capitais, a sua restrição a poucas cidades, si não sòmente á sua capital, foi sendo imposta pouco a pouco, no decorrer dos anos que se lhe seguiram, o que não se pode deixar de lamentar muito sinceramente, porque o plano sanitário de 1840 era lógico e bem delineado e do maior proveito para os interesses sanitários do interior, pondo a saúde pública no mesmo pe de igualdade que a segurança policial e a alfabetização.

*Aquino Fonseca.*—Coube ao Dr. Joaquim de Aquino Fonseca, médico formado pela Faculdade de Medicina de Paris, a honrosa incumbência de presidir o Conselho de Salubridade Pública, tendo sido nomeado para êste cargo no mesmo dia, mês o ano desta organização sanitária, nele se conservando até 1854. Dos números trabalhos publicados por êste prestimoso higienista, nos relatórios apresentados ao Govêrno, todos os anos, e que são um excelente arquivo de crônica sanitária daquele decênio, poderemos conhecer minuciosamente os hábitos higiênicos e os progressos paulatinamente adquiridos, neste grande cenário da medicina social. São do tempo de sua administração, além de outros, os seguintes melhoramentos: instituição do serviço de verificação dos óbitos por pessoas idóneas, em 1849; criação do

cemitério público de Sto. Amaro, em 1850; criação do matadouro da Cabanga, em 1851 e a melhoria do serviço de remoção das matérias cloacais. Aquino Fonseca conseguiu, com a autoridade que lhe conferia o seu alto prestígio no seio do Conselho de Salubridade, extinguir não somente a prática anti-higiênica de retirar o cadáver do caixão—sendo cada corpo enterrado com o caixão que o conduzia á última morada—como também os enterramentos nas igrejas, que passaram a ser feitos todos no cemitério público de Sto. Amaro. Não menos importante foi o melhoramento outro por êle introduzido: o matadouro da Cabanga. Êle está hoje substituído, com as melhores vantagens, pelo matadouro modelo de Peixinhos, padrão de glória de nossa engenharia, porém melhor elógio não se poderia fazer do serviço prestado, neste particular, por Aquino Fonseca do que transcrevendo o parecer do Dr. George Lavault, distinto veterinário, a seu respeito: “O matadouro da Cabanga tem uma situação natural magnífica, talvez a única do mundo; com certas modificações é possível torná-lo uma de suas principais curiosidades.” Por último quero referir-me, no acervo dos bons serviços devidos a êste eminente higienista, ao combate intensivo que êle desenvolveu contra o maléfico sistema de remoção das matérias fecais por meio dos memoráveis tigres, espécie muito rudimentar de fossas móveis, comum em muitas cidades durante tantos anos. Ve-se, por aí que, contribuindo Aquino Fonseca para a extinção desta prática, não foi êste o menor serviço por êle prestado á saúde pública do Recife. Em 1856 Aquino Fonseca é substituído, no elevado posto que exercia no Conselho de Salubridade, transformado desde 29 de setembro de 1851 em Comissão de Higiene Pública, pelo Dr. Cosme de Sá Pereira que vinha ocupando, na mesma Repartição, as funções de Secretário. Neste posto êle prestou relevantes serviços á higiene da cidade, conseguindo a extinção do cólera morbus, devastador flagelo que, naquele ano, matou 37,589 pessoas na Província de Pernambuco e somente na cidade do Recife fez 3,338 vítimas.

*O último inspetor de higiene.*—Depois da administração sanitária de Cosme de Sá Pereira faltam-me informações detalhadas sôbre o movimento sanitário do Recife até o ano de 1872 quando, creada a Inspeção de Higiene Pública de Pernambuco, assumiu a sua direção o saudoso Dr. Pedro do Athayde Lobo Moscoso que exerceu êste cargo até a proclamação da República. O Dr. Lobo Moscoso, clínico nesta cidade desde o ano de 1845, conhecia bem as nossas necessidades, no que tangia á saúde pública, de modo que ao assumir a Inspeção de Higiene começou a prestar eficientes serviços a Recife, como poderá autenticar quem procurar ler os seus minuciosos relatórios publicados em diversas épocas.

Autoridade sanitária durante a desoladora sêca que alastrou por todos os sertões do nordeste brasileiro nos anos de 1877 a 1878 êle teve ocasião de assistir os estragos produzidos por êste devastador flagelo

que veio reflectir-se sôbre Recife, cuja constituição médica tornou-se das mais inquietadoras. A variola, que ha mais de dois anos se extinguiu de todo, reapareceu com assustadora intensidade. Febres de mau carácter, sarampo, escarlatina, beriberi e outras doenças infectuosas atacavam simultâneamente os emigrantes que raramente escapavam a tais investidas. Lobo Moscoso também se refere detidamente, nos seus relatórios, ás nossas águas de alimentação. Embora banhada por dois rios regulares, a cidade do Recife não era abundantemente provida de águas em condições de se prestarem á alimentação pois as destes dois rios—Beberibe e Capibaribe—são invadidas pelo mar até duas léguas acima de sua foz. Tal estado de coisas fez com que se organizasse em 1837 uma associação para explorar o serviço de abastecimento d'água á capital a qual tomou o nome de Companhia de Beberibe, embora as águas não fossem captadas no rio dêste nome, mas nuns açudes existentes em Dois Irmãos e conhecidos pelo nome de Riachos do Prata. A Companhia de Beberibe, porém, não levava em consideração que Recife era uma cidade florescente; que sua população tendia a um progressivo aumento de modo que no fim de algum tempo, êstes mananciais não eram suficientes e a falta d'água para os diversos misteres urbanos provocou os mais justos e gerais clamores da população. E a Companhia ao envez de procurar, nesta emergência, outros mananciais mais fartos e abundantes d'água potável, preferiu colocar uma bomba a vapor para passar a água lodosa de um açude que ha muitos anos não se evácuia nem limpa.

*Rodolpho Galvão.*—Com o advento da primeira República a Inspeção esteve sob a direção, por espaços mínimos de tempo, de diversos facultativos que nenhuma feição digna de monta lhe imprimiram, até que, em 1892, foi chamado para dirigir a Inspeção de Higiene Pública o Dr. Rodolpho Galvão, o qual deu, logo de início, uma orientação toda nova aos serviços sanitários. A Repartição de Higiene existia tal e qual nos havia deixado o Govêrno Federal, por conta do qual correrá ela até a organização definitiva do Estado. Logo após a sua entrada para o serviço sanitário do Estado, Rodolpho Galvão apresentou um sucinto e bem documentado relatório propondo ao governador do Estado uma série de modificações indispensáveis, dotando assim a Inspeção de Higiene com os seguintes melhoramentos: Laboratório de análises químicas e pesquisas microscópicas, desinfectório e instituto vacinogênico. A cidade foi dividida em cinco distritos sanitários tendo cada um o seu comissário encarregado de executar vacinações, desinfecções, visitas domiciliares; emfim de tudo quanto dizia respeito á policia sanitária. Além dos cinco distritos sanitários na capital, foram creados mais quatro no interior do Estado, subdividido em zonas sanitárias; uma secção demográfica e um Conselho de Salubridade constituído pelo Inspetor de Higiene, Diretor do Serviço Sanitário Marítimo, prefeito do município, Diretor das Obras

Públicas, Provedor da Santa Casa de Misericórdia e mais cinco médicos clínicos de reconhecida reputação. Completando as iniciativas devidas a este grande vulto da nossa medicina não é lícito esquecer o Forno de Incineração por elle encomendado e construido nos coelhos o qual óptimos serviços prestou durante longos anos aos habitantes de Recife. E, para completar o seu plano de defesa sanitária da cidade, Rodolpho Galvão seguiu para o velho continente afim de estudar e de se aperfeiçoar em assuntos biológicos e em seu regresso se encarregar da instalação de um Instituto de Biologia com todos os seus aperfeiçoamentos e no qual, ao lado de pesquisas científicas para elucidação diagnóstica dos males que affigem as nossas populações, fossem preparados sôros e vacinas contra a raiva, a difteria, a peste e umas quantas outras doenças. Infelizmente com a saída do Governador Barbosa Lima, em 1896, esta velha aspiração dos pernambucanos não foi efectivada naquela ocasião. Também Rodolpho Galvão pouco depois licenciara-se de suas funções sanitárias durante mais de doix anos, sômente reassumindo-as por pouco tempo para deixal-as definitivamente em dezembro de 1898 quando seguiu para o Rio de Janeiro afim de se empossar no logar de professor de bacteriologia da Faculdade de Medicina daquela capital.

*Constâncio Pontual.*—Em 1904, em substituição ao Dr. Thomaz de Carvalho, assumiu a Inspeção de Higiene o Dr. Constâncio Pontual, nela se demorando até dezembro de 1911. Constâncio Pontual, que assumira o seu posto durante a pavorosa epidemia de disenteria que vinha dizimando para mais de 400 pessoas por quinzena, só nesta capital, conseguiu dominal-a em curto praso. Nas mãos hábeis deste distinto higienista a transformação dos diversos serviços foi rápida, e em pouco tempo tudo recomeçou a funcionar com a máxima regularidade. O Instituto Vacinogênico, até então modestamente instalado, remodelou-se por completo. O Laboratório Químico igualmente remodelou-se. Não devo calar também o Desinfectório, entregue á competência do Dr. Costa Ribeiro, que foi provido de melhores aparelhos e a criação de um posto bacteriológico onde se poderam fazer as pesquisas solicitadas pelos comissários de higiene. Além de todos estes melhoramentos e sobrepujando-os talvez devo referir-me aos fornos de incineração do lixo, situados no Pombal.

*A higiene de 1911 a 1930.*—Dentro destes 20 últimos anos sofreu grandes remodelações a higiene do Recife como organização médico-sanitaria. Com a transformação política porque passou o Estado e posse do General Danta Barretto no seu Govérno, foi nomeado Inspector de Higiene o Dr. Manoel Gouveia de Barros que assumiu a direção deste departamento da administração no dia 31 de dezembro de 1911, funcionando nelle até o ano de 1916. Com este illustre higienista foram creadas, no Recife, 20 inspeções sanitárias subordinadas a quatro delegacias de saúde, o laboratório bacteriológico,

desmembrado definitivamente do laboratório químico, cargos estes todos preenchidos por ocasião da reforma por elle elaborada. Dos altos de um prédio situado numa das esquinas da rua do Imperador com a rua Primeiro de Março foi a Inspeção de Higiene, já transmutada em Diretoria de Higiene e Saúde Pública, para um prédio confortável da rua Conde da Boa Vista, onde está instalado actualmente o grupo escolar João Barbalho. Dotado de muita intelligência e de uma invejável actividade Gouveia de Barros deu combate eficiente á variola, que elle conseguiu extinguir, e á febre amarela, contra qual creou a primeira brigada contra os mosquitos, entre nós e cujos serviços de profilaxia urbana foram dignos dos maiores elógios. Além destes o projecto clínico sanitaria foi o creador do serviço de assistência médica de urgência da maior utilidade. A este distinto médico substituiu o Dr. Pereira de Lyra que, pouco depois cedia o logar ao Dr. Abelardo Baltar por ter sido eleito deputado federal. Este jovem e distinto clínico occupou o logar de director de higiene de 1917 a 1918 quando faleceu, victimado pela gripe hespanhola, no exercicio do seu cargo. A este saudoso higienista se deve a criação do primeiro posto de profilaxia contra as verminoses. Substituindo-o eu em 1918 até dezembro do 1919, tomei posse do cargo em pleno fastígio da pandemia gripal, tendo a felicidade de conseguir, com as medidas adotadas, a extinção completa do tormentoso mal. Durante a minha administração criei o serviço de verificação de óbitos; dei uma feição interessante ás delegacias de saúde transformando-as em verdadeiros centros de saúde, organização aliás ainda não adotada nas outras capitais brasileiras, naquela época. Além desses centros de saúde criei postos de profilaxia em Sto. Amaro, Arrayal, Caxangá, Tigipió, Nazareth e Floresta dos Leões. Nesses centros de saúde, como nos postos de profilaxia rural, segundo o regulamento que foi aprovado pelo Governo, por solicitação minha, eram estes seus intuitos: applicação de medidas de higiene geral, visando a salubridade do litoral e dos campos, difusão de preceitos higiênicos, individuais e colectivos compreendendo a propaganda escolar, a profilaxia especifica das doenças endêmicas e epidêmicas; applicação de medidas possíveis de engenharia sanitária, difusão de medicamentos para combate ao paludismo, á sífilis e á difteria e peste. Estes outros melhoramentos que eu consegui para a nossa higiene foram pouco a pouco desaparecendo logo depois de minha dispensa do alto cargo que exercia deante do plano de fundas e desorganizadoras economias do novo governador do Estado. E assim, quando Amaury de Medeiros veio assumir a administração sanitária de Pernambuco, em começos de 1923, teve de reconstituir todo o trabalho ingente de seus antecessores, restaurando e reintegrando a nossa higiene na senda progressista que vinha trilhando. Sob sua orientação foi creado o Departamento de Saúde e Assistência, em substituição á antiga Diretoria de Higiene e Saúde

Pública, o qual foi instalado no belo palacete da Avenida Oswaldo Cruz, para tal fim concluído pelo Governo. Além dos serviços que já existiam e que êle restaurou, dando-lhes maior eficiência, Amaury creou a Inspetoria de Propaganda e Estatística, a Inspetoria de Higiene Infantil, anexando a esta o serviço pre-natal, o de higiene escolar e o corpo de visitadoras da higiene para as quais estabeleceu um curso prévio de aprendizagem, sendo todas elas nomeadas após concurso realizado perante bancas examinadoras constituídas pelos professores que as lecionaram. Por um acôrdo feito com a Sta. Caça conseguiu Amaury incorporar ao Departamento o Instituto Pasteur, o Hospício de Alienados (atualmente Hospital de Doenças Nervosas e Mentais) e o Hospital de Sta. Agueda (hoje Hospital Oswaldo Cruz) dando aos dois últimos excelente organização que os remodelou completamente. Êste distinto higienista, acumulando as funções de Chefe do Serviço de Profilaxia Rural em Pernambuco, creou inúmeros postos de profilaxia em todo o interior e incluiu entre os serviços por êle superintendidos a Inspetoria de Profilaxia da Tuberculose, a Inspetoria de Profilaxia da Lepra, Sífilis e Doenças Veneréas.

Por êste ligeiro transunto ve-se muito bem como se tornou modelar a higiene de Pernambuco e, por isso, nunca serão em demasia os louvores prestados a êste saudoso profissional pelos consideráveis serviços prestados por êle a esta capital e a todo o Estado. A êste tão fecundo e dinâmico administrador seguiu-se o Dr. Gouveia de Barros que, pela terceira vez, assumiu o destacado lugar de dirigir as organizações médico-sanitárias de Pernambuco, não desmerecendo dos honrosos conceitos de que já gozava das vezes anteriores. Nesta nova fase de sua actuação no serviço público do Estado, Gouveia de Barros entendeu mais uma vez retocar o nosso regulamento sanitário, expoente seguro de nossas necessidades e dos nossos conhecimentos em matéria de higiene, o qual nunca deverá ficar estacionário, na ilusão de já termos atingido o seu supremo ideal. Foi assim que êle dividiu-o em quatro diretorias muito bem distribuídas se encarregando cada uma delas da higiene da capital, da higiene do interior, da higiene experimental e da administração e expediente e estabeleceu quatro centros de saúde—um para Sto. Antônio, outro para Afogados, outro para Magdalena e outro para a Encruzilhada, deixando em pleno funcionamento os dois primeiros. (*Ann. Dpto. Saúde Púb., Edo. Pernambuco, 1933.*)

---

*Medicos no Sao Paulo.*—Ha no Estado de São Paulo 3,835 medicos: 1,999 na capital e 1,836 no interior; 2,568 dentistas, 229 parteiras e 40 veterinarios. São 3,136 as farmacias existentes no Estado, das quaes 454 estão na capital e 2,682 no interior. (*Gaz. Phar., 1, nbro. 1934.*)